

# Açorianos são os que mais se queixam dos pesados encargos com os cuidados de saúde

Os Açores são a segunda região do país com as mais elevadas proporções de agregados familiares que avaliavam como pesados os encargos financeiros com os cuidados de saúde.

A primeira é a Região Autónoma da Madeira (54,5% em relação a cuidados médicos, 60,4% em relação a medicamentos e 61,3% para cuidados dentários).

Nos Açores é de 49,3% nos cuidados médicos, 56,3% nos cuidados dentários e 56,5% para medicamentos.

Os dados fazem parte do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento realizado em 2022, do INE, em que 75,5% da população com 16 ou mais anos consultou um médico de clínica geral nos 12 meses anteriores à entrevista (menos 5,8 p.p. do que em 2017).

Em 2022, apenas 57,4% referiram ter consultado um médico dentista ou ortodontista no mesmo período, o que reflete, todavia, uma melhoria em relação a 2017 (53,4%).

Foram ainda 52,5% os que consultaram médicos de outras especialidades (excepto dentistas e ortodontistas e medicina geral e familiar) nos 12 meses anteriores à entrevista, proporção ligeiramente inferior à estimada para 2017 (53,1%).

As mulheres referiram ter tido mais consultas médicas e com maior frequência do que os homens, com proporções de 80,6% de consultas de medicina geral, 59,7% de consultas com cuidados dentários e 57,8% com outros especialistas, e com 69,8%, 54,8% e 46,6%, respectivamente, para os homens.

Não existem diferenças substanciais no acesso às consultas de clínica geral entre a população em risco de pobreza e a restante população, mas mais de metade da população que vivia em situação de risco de pobreza não fez qualquer consulta de saúde oral ou de outras especialidades médicas nos 12 meses anteriores à data da entrevista.

Em 2022, 45,8% das famílias avaliavam as despesas com cuida-

dos médicos como um encargo algo pesado ou muito pesado, 49,7% no caso dos medicamentos e 51,7% no caso dos cuidados dentários, apesar da diminuição destas proporções em relação a 2017: respectivamente, 48,4%, 54,5% e 54,7%, com destaque para os encargos financeiros com medicamentos. A avaliação negativa do peso dos encargos financeiros com os cuidados de saúde é maior no caso das famílias em risco de pobreza, sobretudo para os cuidados dentários (59,4% de famílias em risco de pobreza) e para os medicamentos (61,6% de famílias em risco de pobreza).

De acordo com o mesmo inquérito, mais de metade da população adulta tinha excesso de peso (37,3%) ou obesidade (15,9%); 80,2% consumiam fruta diariamente; 63,3% consumiam saladas ou legumes pelo menos uma vez por dia e quase metade das pessoas praticavam exercício físico de forma regular pelo menos uma vez por semana.

O consumo diário de tabaco foi indicado por 14,1% da população.

Em 2022, 4,1% da população

residente em Portugal encontrava-se em situação de insegurança alimentar moderada e/ou grave, valor ligeiramente inferior ao valor obtido para 2021 (4,3%) e para 2019 (4,7%).

## Um terço das famílias consideram encargo muito pesado

A avaliação do peso dos encargos financeiros com os cuidados de saúde pelas famílias não é idêntica para os tipos de cuidados que foram inquiridos.

Varia entre 45,8% no caso das que avaliam os cuidados médicos como um encargo algo pesado ou muito pesado, 49,7% no caso dos medicamentos e 51,7% no caso dos cuidados dentários.

Para todos os tipos, observou-se uma diminuição da percentagem das famílias que referiram uma avaliação negativa em relação a 2017: respectivamente, 48,4%, 54,5% e 54,7%, com destaque para os encargos financeiros com medicamentos.

Os encargos financeiros com:

- cuidados médicos (consultas, exames e tratamentos médicos, de medicina geral ou especializada) representavam um encargo muito pesado para 12,7% das famílias e um peso moderado para 33,1%;

- medicamentos representavam um encargo muito pesado para 16,1% das famílias e algo pesado para 33,6%;

- cuidados dentários representavam um encargo muito pesado para 17,5% das famílias e algo pesado para 33,7%.

Como seria expectável, a avaliação negativa do peso dos encargos financeiros com os cuidados de saúde é maior no caso das famílias em risco de pobreza, sobretudo para os cuidados dentários (59,4% de famílias em risco de pobreza) e para os medicamentos (61,6% de famílias em risco de pobreza).

Por região NUTS II, eram mais elevadas as proporções de agregados familiares que avaliavam como pesados os encargos financeiros com os cuidados de saúde na Região Autónoma da Madeira, seguindo-se os Açores.

Figura 14. Proporção das famílias que avaliaram os encargos financeiros com cuidados de saúde como algo pesados ou muito pesados, Portugal e NUTS II, 2022



Fonte: INE, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2022.

## Excesso de peso ou obesidade é maior nos Açores

Cerca de 425 mil residentes em Portugal (4,1%) viviam em situação de insegurança alimentar moderada ou grave em 2022, um valor ligeiramente inferior ao registado no ano anterior (4,3%), revelam ainda os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE).

A insegurança alimentar é apurada de acordo com dois níveis de gravidade: “moderada”, quando existe o risco de faltarem alimentos, nomeadamente de qualidade nutricional suficiente, e “grave”, quando existe ausência total de alimentos ou fome por um dia ou dois.

De acordo com o mesmo inquérito, mais de metade da população adulta tinha excesso de peso (37,3%) ou obesidade (15,9%).

O excesso de peso afectava mais os homens (43%) do que as mulheres (32,3%) e a obesidade apresentava proporções semelhantes para ambos os sexos (cerca de 16%).

A proporção da população com excesso de peso ou obesidade que avaliava favoravelmente o seu estado de saúde (44%) era significativamente menor do que a obtida para a população com peso normal (53,5%), e a proporção da população com excesso de peso ou obe-

sidade com alguma limitação ou limitação severa na realização de actividades habituais era superior (entre 59,1% e 59,3%) àquela sem limitações (50%), salienta o INE.

Segundo os dados, a prevalência de excesso de peso ou obesidade atingia o valor mais elevado nos Açores, com 61,8% (38,4% com excesso de peso e 23,5% com obesidade), enquanto as regiões Norte, Algarve e Área Metropolitana de Lisboa eram as menos afectadas pela condição de excesso de peso ou obesidade, com valores da ordem dos 51%-52%.

As regiões Norte e Algarve, em

particular, eram as menos afectadas pela condição de obesidade (com valores da ordem dos 14%-15%).

Os dados revelam também que 80,2% dos inquiridos consumiam fruta diariamente e 63,3% consumiam saladas ou legumes pelo menos uma vez por dia.

“Tanto o consumo diário de fruta, como o consumo diário de legumes e saladas, foi referido por uma proporção mais elevada de mulheres (83,2% para consumo de fruta e 67,9% para consumo de legumes e saladas) do que de homens (respectivamente, 76,8% e 58,1%)”, refere o INE.